

V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA
**AN
PE
GE**

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

**Entre os saberes e os territórios: impactos
sociais do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do
Amapá**

*Between knowledge and territories: social impacts of the Graduate Program in
Geography at the Federal University of Amapá*

*Entre los saberes y los territorios: impactos sociales del Programa de Posgrado
en Geografía de la Universidad Federal de Amapá*

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20882

PATRÍCIA ROCHA CHAVES

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

ALEXANDRE LUIZ RAUBER

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

RONI MAYER LOMBA

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

V.21 n.º46 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: O Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amapá, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 2019, tem como foco interpretar as complexas realidades amazônicas, respondendo à demanda histórica por formação avançada na região. Este artigo analisa a trajetória do programa entre 2020 e 2025, destacando o processo de consolidação institucional, produção científica gerada e impacto social. A Área de Concentração e suas linhas de pesquisa articulam estudos que refletem o perfil diversificado dos egressos, contemplando equilíbrio de gênero e faixa etária variada. O programa tem contribuído significativamente para a formação regional e produção de conhecimento crítico sobre as dinâmicas territoriais, ambientais e sociais da Amazônia, enfrentando desafios típicos de um programa em região periférica. A participação em eventos da comunidade geográfica, a presença da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia reforçam o diálogo com pares e o protagonismo na Geografia nacional.

Palavras-chave: Amazônia; gestão do território; dinâmicas ambientais; dinâmicas territoriais.

ABSTRACT: The Graduate Program in Geography at the Federal University of Amapá, approved by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel in 2019, focuses on interpreting the complex realities of the Amazon, responding to the historical demand for advanced training in the region. This article analyzes the program's trajectory between 2020 and 2025, highlighting its institutional consolidation, the scientific production generated, and its social impact. The Area of Concentration and its research lines articulate studies that reflect the diverse profile of graduates, ensuring gender balance and a wide age range. The program has significantly contributed to regional training and the production of critical knowledge about the territorial, environmental, and social dynamics of the Amazon, while facing challenges typical of programs located in peripheral regions. Participation in events within the geographic community and the presence of the National Association of Graduate Studies and Research in



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Geography reinforce dialogue with peers and the program's leadership in Brazilian Geography.

Keywords: Amazon; territory management; environmental dynamics; territorial dynamics.

RESUMEN: El Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Amapá, aprobado por la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior en 2019, tiene como objetivo interpretar las complejas realidades amazónicas, respondiendo a la demanda histórica por formación avanzada en la región. Este artículo analiza la trayectoria del programa entre 2020 y 2025, destacando el proceso de consolidación institucional, la producción científica generada y el impacto social. El Área de Concentración y sus líneas de investigación articulan estudios que reflejan el perfil diversificado de los egresados, contemplando equilibrio de género y una variada franja etaria. El programa ha contribuido significativamente a la formación regional y a la producción de conocimiento crítico sobre las dinámicas territoriales, ambientales y sociales de la Amazonía, enfrentando desafíos típicos de un programa ubicado en una región periférica. La participación en eventos de la comunidad geográfica y la presencia de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Geografía refuerzan el diálogo con pares y el protagonismo en la Geografía nacional.

Palabras clave: Amazonía; gestión del territorio; dinámicas ambientales; dinámicas territoriales.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amapá (PPGEO/UNIFAP) foi aprovado em 2019 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como principal base de sua atuação geográfica as realidades e dimensões espaço-temporais amazônicas, em geral, e no Amapá, em específico. O programa nasceu com a tarefa de suprir a demanda de profissionais da Geografia egressos do curso de graduação implementado ainda na década de 1970 como *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA), tornando-se UNIFAP, em 1990, produzindo pesquisas sobre uma unidade federativa ainda pouco explorada em termos de ciências acadêmica.

A pesquisa de pós-graduação no Amapá é recente, iniciou-se somente em 2006, com a criação de três programas de mestrado e um de doutorado em áreas do conhecimento transversais ou interdisciplinares, os mestrados instituídos foram: Desenvolvimento Regional, na área de Planejamento Urbano e Regional; Direito Ambiental e Políticas Públicas (já extinto), na área Interdisciplinar; e Biodiversidade Tropical, na área de Biodiversidade, este último, também, em nível de doutorado. Algum tempo depois, começou a submissão e aprovação de novos programas na UNIFAP pela CAPES, perfilados às suas ciências originais. Atualmente a instituição soma outros nove mestrados acadêmicos criados entre 2010 e 2024, dez mestrados profissionais (alguns ofertados em rede) e cinco doutorados (alguns deles, também, em parceria).

Os primeiros programas foram de caráter interdisciplinar porque havia poucos docentes doutores no Amapá (eram menos de 100 em 2012) e, assim, esses programas absorviam profissionais de áreas correlatas. Com a expansão da qualificação docente na UNIFAP e o apoio de instituições de pesquisa locais, o número de doutores avançou, fato que permitiu a abertura de novos programas. A isso, somou-se o interesse da comunidade acadêmica nacional e internacional em construir parcerias de pesquisa com a UNIFAP (Rebelo Porto; Caldas; Lomba, 2014). Nesse sentido, o PPGEO/UNIFAP reuniu esforços para superar os desafios históricos do momento de sua criação: redução dos investimentos em formação e pesquisa pela CAPES; período pandêmico, que ocorreu no início do seu funcionamento; custos de participação no debate nacional; e investimentos em divulgação das pesquisas produzidas na contextura do programa e seus resultados.

É nesse contexto de riqueza de temas, sujeitos e objetos de formação e pesquisa, mas com o ônus histórico das desigualdades que impactam o Brasil e o mundo, que é apresentado neste artigo os primeiros resultados de trabalho do programa. As fontes principais utilizadas foram os documentos de área da Geografia e os relatórios da CAPES e do Ministério da Educação (MEC) sobre as avaliações e constituição de seus indicadores. Assim, a maior parte do esforço teórico se constitui em analisar especialmente como o conceito/noção de impacto social veio formulando diretrizes e indicadores de avaliação no âmbito da pós-graduação brasileira e da organização de um sistema de pós-graduação e sua emergência sócio-histórica e territorial no contexto da mundialização do capital. Desse modo, parte-se de uma abordagem qualitativa, descritivo-analítica e reflexiva, articulando pesquisa documental, análise de conteúdo e mapeamento de dados quantitativos.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, discute-se os processos históricos de territorialização da criação no contexto das políticas de pós-graduação e seu impacto na criação do PPGEO/UNIFAP; na segunda, traz-se a experiência de criação do PPGEO; e na terceira, os impactos sociais do PPGEO nos seis anos de sua existência.

O PPGEO/UNIFAP NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O PPGEO/UNIFAP foi instituído baseando sua atuação geográfica nas realidades e dimensões espaço-temporais amazônicas, com destaque para o Amapá. A Amazônia possui características complexas, que dizem respeito às particularidades ambientais, com sua riqueza em sociobiodiversidade, e índices de desenvolvimento abaixo da média nacional, resultado dos variados processos de dominação e ocupação histórica e dos horizontes econômicos que planejaram e produziram o desenvolvimento na Amazônia.

Assim, a riqueza do bioma na transformação de recursos contrasta com as altas deficiências de investimento público para a produção de justiça social, com dificuldades no acesso à saúde e segurança pública, ausência de saneamento básico, baixo índice de escolarização e dificuldades de acesso à educação superior – em especial uma educação de qualidade, já que os cursos de ensino a distância (EaD) encontraram na região as condições perfeitas para exploração privada do processo de ensino. Dentre os vários problemas, sobressalta-se o desrespeito aos direitos sociais e humanos, e a violência contra os povos indígenas, ribeirinhos, pequenos produtores, extrativistas, povos da floresta e aqueles que lutam pela posse da terra e seus territórios, bem como os processos de periferização da população trabalhadora nas cidades.

Vários fatores regionais – como diversidade e amplitude geográfica e afastamento dos centros decisórios econômicos e políticos – que colocam o Amapá como periferia em diversas esferas, o que, também, se aplicam à ciência. No Amapá há um histórico de escassez de formação e fixação de pesquisadores, as distâncias e custos dificultam a mobilidade, ao mesmo tempo, que o acesso aos recursos acentua as assimetrias na área da pesquisa. Nesse sentido, a fixação de doutores nas várias áreas do conhecimento foi tornando ao longo dos anos o projeto de construir e aprovar o programa, dentro dos critérios estabelecidos pela CAPES, um dos maiores desafios do curso de Geografia da UNIFAP.

Em 2017, esse desafio pôde ser superado com o envio de uma Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), documento que (após dois anos engavetado pelo governo Temer) foi aprovado em 2019, permitindo ao fim desse mesmo ano a realização do processo seletivo para a entrada da primeira turma, com início para agosto de 2019. Assim o estado do Amapá, junto ao Acre (os únicos estados brasileiros que ainda não possuíam programa de pós-graduação em Geografia), conquistou seu programa, possibilitando a formação em nível de mestrado aos graduandos em Geografia formados em Macapá e Oiapoque, além de outros interessados vindos de outras áreas e regiões.

Do ponto de vista institucional, o contexto era de incentivo à expansão da pós-graduação brasileira e do Sistema Nacional de Pós-Graduação, todavia, um período de retrocessos políticos, econômicos e sociais e, sobretudo, de negacionismo da Ciência, especialmente nas humanidades, veio

atualizando os antigos desafios e criando outros. De um lado, um campo de pesquisas, um estado ainda inexplorado em se tratando de produção científica, e do outro, as condições cada vez mais adversas, ampliadas pelo período pandêmico, acompanhado pelo desmonte das universidades públicas, das legislações ambientais, das instituições brasileiras, da democracia e dos direitos trabalhistas, em um mundo recriado pela sociabilidade virtual enquanto dispositivo e tecnologia do neoliberalismo para desorganização da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A UNIFAP foi criada em 1990, pelo Decreto nº 98.997, onde antes era o Núcleo Avançado de Ensino (NEM) da UFPA desde 1970, sendo os cursos de Geografia, Direito, Secretariado Executivo, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem os primeiros da instituição para o estado, em termos de produção do conhecimento. Alguns esforços vinham sendo realizados e as chances de ampliação do horizonte se constituíram com as possibilidades de ofertar turmas a partir de especializações *lato sensu*. No ano de 2004, o Colegiado de Geografia do *campus* Marco Zero criou seu primeiro curso de especialização, Geografia da Amazônia: Sociedade e Meio Ambiente, que teve como escopo contribuir para a formação de egressos, pois ofereceu aos profissionais da área de humanidades a oportunidade de estimular seus conhecimentos a partir de debates e do desenvolvimento dos projetos de pesquisa e ensino aplicados à realidade amazônica do Amapá.

A referida especialização agregou contribuições importantes para a elaboração do PPGEO/UNIFAP, pois objetivou conectar alunos com as correntes do pensamento geográfico, seus conceitos, métodos e técnicas de produção e divulgação do conhecimento, estimulando a reflexão acerca dos pressupostos conceituais e metodológicos que orientam as principais vertentes do pensamento geográfico, capacitando-os a desenvolverem senso crítico e didático-pedagógico na elaboração e divulgação do conhecimento, bem como na reflexão sobre os livros didáticos e base material do ensino. O curso contribuiu, ainda, para que egressos se submetessem à seleção em programas de mestrado em Geografia oferecidos em instituições de outros estados, dos quais alguns obtiveram sucesso.

Da mesma forma, em 2017, outro curso *lato sensu* veio a contribuir para alicerçar a pós-graduação em Geografia da UNIFAP, Relações Socioespaciais na Fronteira Franco-Brasileira – Ensino e Desenvolvimento Local, ofertada pela Unidade Acadêmica de Geografia, no *campus* Binacional do Oiapoque. O curso subsidiou a elaboração da proposta do PPGEO, atendendo a 35 egressos de Geografia e áreas afins com o objetivo qualificar profissionais e realizar pesquisas na fronteira do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França).

Entretanto, a qualificação docente foi decisiva para a elaboração da proposta do mestrado em Geografia da UNIFAP. Em 2013, a CAPES aprovou um Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Geografia, cuja instituição promotora foi a Universidade Federal de Goiás (UFG),

tendo como receptora a UNIFAP. O processo seletivo aprovou 14 professores, sendo oito dos cursos de Geografia da instituição, estabelecendo significativa margem na formação docente necessária à implantação e manutenção do futuro PPGEO. O DINTER foi concluído em 2019, o que significou um suporte ao corpo docente do PPGEO/UNIFAP em 2021, com o credenciamento de professores para ampliar o colegiado do programa.

Assim como a criação da graduação em Geografia no estado do Amapá em períodos anteriores veio contribuir para a formação de professores e profissionais da área que atuam nas várias instituições federais, estaduais e municipais do Amapá, o PPGEO/UNIFAP é atualmente um dentre os 16 programas da instituição responsáveis pela formação de mestres e pesquisadores em Geografia e áreas afins, em um estado, ainda, carente de pesquisas e de formação da população. Todavia, não é natureza inexplorada pelo capital e nem sociedade desconectada das urgências que o tempo presente nos impõe, mas é considerada pelas elites brasileiras uma espécie de fronteira da produção da Ciência Geográfica, sobretudo, em um momento em que é fundamentalmente importante a produção científica pautada na justiça social, na democratização dos conhecimentos, no diálogo entre os saberes que podem produzir respostas aos grandes problemas e na construção de outro projeto de sociedade brasileira.

Nesse contexto, chega-se à construção de um programa de pós-graduação em Geografia no Amapá (lugar de inúmeras dificuldades e desafios) que carrega consigo o árduo trabalho de se manter dentro dos parâmetros externos de produção acadêmica – denominados pejorativamente de ‘produtivismo’ nos moldes *do publish or perish* (publicar ou perecer), que punem ainda mais programas distantes das regiões mais ricas e concentradas no capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, cobram indicadores elevados, mas desconsideram as assimetrias regionais – e pouco recebe investimentos em infraestrutura e bolsas, entre outros financiamentos. A primeira avaliação do PPGEO/UNIFAP ocorreu em 2025, quando para a CAPES o conceito de impacto se alicerçava em uma concepção de que o impacto de um programa é determinado não pela totalidade de seus produtos, mas por seus produtos mais significativos. Nesse sentido, talvez a melhor resposta para a CAPES é a existência de programas de pós-graduação em regiões como a Amazônia e em estados como o Amapá, ou seja, essa existência por si só, consiste em grande impacto.

É nesse contexto que o PPGEO/UNIFAP foi estruturado com uma área de concentração, Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia envolvendo duas linhas de pesquisa: Paisagem e Dinâmicas Ambientais e Sociedade e Dinâmicas Territoriais. Isto é, o programa se propõe a problematizar academicamente a questão dos limites da noção de nacional e pensar suas múltiplas fronteiras, comprometendo-se com a realização das análises e reflexões acerca do mundo prático, considerando as potencialidades naturais e as contradições político-econômicas, legais e culturais que produzem os territórios em uma região fronteiriça. Tais reconhecimentos valorizam a produção, a

sistematização e a circulação de saberes populares e tradicionais e com territórios cuja especificidade se traduz em diversidade política, social, econômica, cultural e ambiental.

AS POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA CRIAÇÃO DO PPGEO/UNIFAP

Os primeiros cursos de pós-graduação implementados no Brasil datam 1930, criados a partir do modelo catedrático e implantado por professores estrangeiros (Martins; Irala, 2024). É nesse período que, também, foram criados os primeiros cursos de Geografia do Brasil, iniciando pela Universidade de São Paulo (USP). Esse modelo de pós-graduação foi o responsável pela formação das bases sociais e institucionais para a produção científica no país e seu processo de desenvolvimento organizacional.

Nas décadas de 1960 e 1970 os cursos de formação/graduação se estabeleceram pelo Brasil e a pós-graduação foi regulamentada, sob a égide de um regime militar, com forte orientação nacionalista. A década de 1970, experimentou um aumento no número de programas de mestrado e doutorado, no entanto, a regulamentação desse nível de ensino é reflexo de uma geopolítica de controle da produção do pensamento científico e sobretudo, da formação da demanda de quadros de professores que deveriam atuar na educação, adaptado ao modelo fordista que culminou na constituição da tecnociência, inspirada na transformação da ciência em meio de produção, conforme os princípios do Estado (Balbachevsky, 2005).

Daí, a criação de laboratórios e centros de pesquisa voltados para a ‘Organização’, da produção econômica. Desde então, as ciências passaram a fazer parte do processo produtivo, fazendo surgir a expressão ‘sociedade do conhecimento’, levando a crer que a sociedade contemporânea se funda sobre a ciência, a informação e o uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica, dos processos produtivos financeiros, tal qual dos serviços básicos como: saúde, educação e cultura. Ou seja, houve o surgimento do meio-técnico-científico-informacional (Santos, 2006).

Na década de 1970, foi instituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação, com a publicação do Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, com o objetivo de propor medidas necessárias à execução e atualização da Política Nacional de Pós-Graduação. No mesmo ano foi aprovado o I Plano Nacional de Pós-graduação. O modelo institucional se constituiu como parte do regramento de administração racional e do trabalho científico, medidas essas que iriam classificar e orientar os critérios de criação de novos programas, assim como, das políticas de distribuição dos recursos.

É nesse período que foram institucionalizados os primeiros programas de Pós-graduação em Geografia, primeiro o da USP, em 1970, na sequência foram implantados os programas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

em 1972 e 1976, respectivamente, e ainda, nesta década foram criados mais dois, totalizando cinco. Na década 1980, mais cinco cursos e, consecutivamente, nas décadas de 1990, 2000, 2010 e 2020, 10, 20, 35 e 2 cursos de Pós-Graduação em Geografia. Somente, após 36 anos de institucionalização do primeiro programa de pós-graduação em Geografia, que a região Norte aprovou seus primeiros, o da UFPA, em 2004, o da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), aprovado em 2006 e em seguida a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2007.

Até a virada do século XXI, essa lacuna existente na formação e pesquisa em pós-graduação em Geografia no Brasil se traduziu em um fenômeno de concentração dos programas nas regiões mais centrais do país, sobretudo, no Sudeste, notadamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse quadro limítrofe se colocou com uma barreira ao acesso direto aos cursos avançados para geógrafos e pesquisadores residentes especialmente na região Norte.

Configurando, assim, uma dependência regional que exigia o deslocamento dos profissionais com altos custos de manutenção para os centros mais tradicionais de formação para que pudessem se especializar e desenvolver pesquisas. As estruturas locais da maioria das cidades amazônicas, até mesmo de suas capitais e universidades públicas se colocavam como entraves, já que a precariedade de acesso a recursos era determinante na fixação de mestres e doutores, quadro esse que contribui para a reprodução das desigualdades na divisão territorial do trabalho intelectual.

Os obstáculos para a interiorização do conhecimento geográfico, nas áreas de maior relevância territorial, como a Amazônia desaceleraram o avanço das investigações relacionadas às especificidades regionais. A partir do início do século XXI, impulsionada por políticas públicas de expansão da pós-graduação, houve gradual descentralização e diversificação dos programas, o que possibilitou o fortalecimento da produção acadêmica e da formação de pesquisadores diretamente nas regiões anteriormente marginalizadas, reduzindo os custos e barreiras para o estudo e a pesquisa locais.

Soma-se a essas questões as formas e critérios de avaliação da CAPES, apenas em 1998, foi criada a ficha de avaliação, utilizada até 2004 contendo os seguintes critérios: (1) Proposta do programa; (2) Corpo docente; (3) Atividades de Pesquisa aplicada: reflexões e práticas para o campo do ensino e da aprendizagem; (4) Atividades de formação; (5) Corpo discente; (6) Teses e dissertações; e (7) Produção Intelectual (Kawasaki, 2017).

No decorrer dos anos, a avaliação da produção intelectual foi ganhando maior significado, o que culminou nos comportamentos produtivistas docentes e discentes e fomentou, ainda, mais as assimetrias entre as regiões, implementando relações competitividade entre os programas. Da mesma maneira, o produtivismo se tornou, também, uma ferramenta decisiva para a escolha dos pesquisadores e pesquisadoras que ocupavam cargos institucionais e geriam as avaliações, fortalecendo as

concentrações de poder em pesquisadores de programas já consolidados e gerando cada vez mais desconfiança entre os pares.

A pressão sobre a CAPES e os próprios pares em várias áreas das ciências, especialmente nas Humanidades e com destaque para a Geografia, que ainda, encontra em algumas frações de geógrafos e geógrafas a resistência ao produtivismo e a crítica a qualidade da formação, das pesquisas e da divulgação da ciência, nesses termos tem sido fundamental para o processo de produção da Geografia brasileira. A partir de 2004, a ficha de avaliação da CAPES foi reduzida a quatro quesitos: (1) Proposta do curso; (2) Corpo docente, (3) Corpo discente, teses e dissertações e (4) Produção intelectual, posteriormente foi proposto (5) Inserção social. Essa ficha foi testada em 2007.

Em 2008, foi criada a Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação. Essa comissão simplificou a ficha e propôs uma revisão, também, nos valores atribuídos entre os quesitos avaliativos. Nesse contexto, os quesitos ‘Produção intelectual’ e ‘Corpo Discente’, passaram a ser os principais e, juntos, receberam peso correspondente a 70% da nota final. Os quesitos, ‘Corpo Docente’ e ‘Inserção Social’ totalizando, apenas, 30%. Mantem-se, ainda, a concepção da produção intelectual como fator de maior impacto. O quesito ‘Inserção Social’ permaneceu em segundo plano. É importante destacar importante mudança no quesito ‘Proposta do Programa’, que mesmo permanecendo sem peso, passou a ter um papel de destaque com a introdução de travas na definição da nota final. Esse modelo serviu para as avaliações trienais de 2010 e 2013. Entre 2013 e 2016 a avaliação trienal deu lugar à quadrienal.

Em 2015, foi criado o documento ‘Modelo de Avaliação’, com a proposta de simplificar aspectos de operacionalização, contemplar a formação de quadros, considerar a diversidade do contexto e focar mais no impacto do programa do que apenas na sua produção. Em 2018, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação, com o objetivo de rever e simplificar as fichas utilizadas no âmbito da CAPES para a avaliação dos Programas de Pós-graduação. A iniciativa foi da comissão especial de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 a 2020).

Em 2018, obteve-se a proposta de nova ficha de avaliação com três quesitos: (1) Programa, (2) Formação e (3) Impacto na Sociedade. Dentro desses quesitos, distribuíram-se 11 itens. As definições dos indicadores para cada quesito, em função da modalidade (acadêmico ou profissional), ficaram a critério de cada área. Criou-se, também, o GT denominado ‘Impacto e Relevância Econômica e Social’, com a missão de aprimorar tais processos e instrumentos relacionados à avaliação.

No entanto, o espectro do produtivismo se manteve enquanto alternativa para algumas áreas e enquanto conflitos de concepções para outras. O fato é que a derrocada do sistema Qualis de avaliação de periódicos, as dinâmicas da ciência tecnocrata, as reformulações dos conceitos de inovação tecnológica e o conforto de operacionalização para as ciências básicas, desfavorecem as ciências

humanas e as ciências sociais aplicadas. Em 2019 a CAPES, divulgou o relatório que definiu o que seriam os impactos sociais a partir dos ‘produtos’ gerados pelos programas de pós-graduação. Essa definição segundo a coordenação, deveria abranger o conjunto dos estudantes egressos titulados, artigos científicos, tecnologias e produtos e serviços.

O documento do GT Produção Técnica e Tecnológica teve a atribuição de constituir uma espécie de avaliação do impacto e relevância econômica e social dos produtos dos programas destinados ao uso da sociedade em geral. Verifica-se aí um movimento na CAPES na tentativa de provocar algumas mudanças/reformulação nos marcadores de impacto social dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e na relação entre os critérios de avaliação (Martins; Irala, 2024). O impacto de um programa é determinado não pela totalidade de seus produtos, mas por seus produtos mais significativos. Assim, mesmo com relativas mudanças nas fichas de avaliação para os anos de 2017 a 2020 e 2021 a 2024, a produção intelectual ainda é fortemente considerada no eixo impacto social.

É neste contexto de profundas transformações no quadro político, econômico e social, somadas às desvantagens históricas e estruturais da Amazônia, que o PPGE/UNIFAP se empenha em buscar, de forma constante, o entendimento sobre seus modos e conteúdo de contribuição, tanto para a Geografia brasileira quanto para a parcela da sociedade territorialmente situada no Amapá. Essa experiência recente tem demonstrado que, para além dos limites físicos-geográficos impostos para e pelo Amapá, assim como para as instituições locais, esses obstáculos são ínfimos diante das demandas impostas pelo atual contexto histórico e que exige coletividade e senso crítico para um horizonte de superação permanente das condições externas no sentido de garantir relevância acadêmica e impacto social efetivo.

Assim, a garantia de uma efetiva contribuição teórica de qualidade acadêmica de cunho geográfico, contribui para a formação de profissionais no Amapá que desempenhem um papel na produção de políticas públicas e de uma educação pública de qualidade que se refletem no tamanho dos desafios que provavelmente não estarão subscritos na nova ficha de avaliação do próximo quadriênio que chega como resultado de reivindicação da comunidade geográfica, pois enfim, são chamados ao diálogo nos GT que a orientaram. Os desafios da Geografia do Amapá não podem ser considerados, apenas, a partir da geografia do Amapá. Esses desafios se colocam em uma escala mundial, embora a escala de impacto, enquanto Geografia, possa ser local.

O PPGE/UNIFAP, O PPGE/DO AMAPÁ

Como em boa parte dos estados da região Norte do país, o PPGE/UNIFAP é único no Amapá, tendo como financiamento mais expressivo o obtido de uma parceria da CAPES com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP), por meio do Edital no 18/2020 -

CAPES/, Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) – Parcerias Estratégicas nos Estados com o Projeto ‘Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes de Geografia e de Estudos de Fronteira da UNIFAP: Gestão Territorial e Políticas Públicas’, sendo contemplado com recursos financeiros para 21 bolsas de mestrado e três bolsas de pós-doutorado. Nesse contexto, o PDPG buscava cumprir os seguintes objetivos (1) consolidar o ensino, a pesquisa e a extensão; (2) ampliar o diálogo com atores estaduais dando-lhes suporte, a medida do possível, para desenvolver pesquisas de interesse local e regional e; (3) formar recursos humanos altamente qualificados e voltados as necessidades contemporâneas locais.

A partir desses propósitos, as diversas atividades desenvolvidas no bojo do programa ajudaram na construção da pós-graduação em Geografia, no Amapá. Todavia, a consolidação é sempre um processo que depende de outros fatores, tais como: ampliação da rede pesquisas e pesquisadores, diversificação das agendas de pesquisas, formação de profissionais pesquisadores no local, atração e fixação de mão de obra especializada fomentada com bolsa de pós-doutoramento, construção de novos laboratórios de pesquisa, difusão da informação, aquisição de equipamentos e ampliação do financiamento das pesquisas.

Com este foco, foi possível realizar o I Simpósio de Pós-Graduação em Geografia (I SIMPOGEO), no período de 15 a 18 de dezembro de 2021, por meio do esforço coletivo de docentes e discentes do PPGEO/UNIFAP, para oportunizar o debate científico sobre os temas pesquisados pelos mestrandos ingressados no programa nos anos de 2019 e 2020 e seus respectivos orientadores. O SIMPOGEO foi concebido a partir da área de concentração e suas linhas de pesquisa. O evento que ocorreu de forma remota, teve 286 participantes, inclusive de outros estados brasileiros.

Nos anos seguintes ocorreram: II SIMPOGEO, no período de 09 a 12 de novembro de 2022, em formato híbrido, com mais de 150 participantes. Entre as finalidades do evento estava a avaliação sobre os Desafios e Perspectivas da Pós-Graduação em Geografia no Amapá; o III SIMPOGEO, que debateu o tema ‘A pesquisa geográfica no contexto amazônico e amapaense’ realizado no período de 22 e 24 de novembro de 2023, sendo o primeiro totalmente presencial, com cerca de 100 participantes. Desse Seminário foi publicado um e-book com 16 artigos apresentados no evento, que contou com o apoio da CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Bauru (AGB-Bauru).

Em seguida: o IV SIMPOGEO, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2024, tendo como principal enfoque a ‘Pesquisa da Ciência Geográfica no Contexto Amazônico, com apoio da CAPES e FAPEAP e finalmente, o V SIMPOGEO aconteceu no contexto do XVI Encontro Nacional de

Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), evento realizado presencialmente na UNIFAP, Campus Marco Zero do Equador, Macapá/AP, no período de 21 a 26 de setembro de 2025.

Outra importante medida para o fortalecimento do programa aconteceu com a construção do Planejamento Estratégico para Pós-Graduação para o Estado do Amapá com abrangência para dez anos e envolvendo as IES que apresentam proposta de implantação de PPG. No âmbito do PPGE/UNIFAP, instituiu-se o curso de Especialização em Ensino de Geografia (ENGEO), por meio do Edital nº 01, de 20 de agosto de 2021. Outras atividades se somaram, enquanto produtos desse financiamento:

editoração

- 1) editoração da primeira versão do Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá;
- 2) mapeamento das Glebas Federais do Estado do Amapá;
- 3) Atlas de Conflitos SocioTerritoriais da Pan-Amazônia;
- 4) seminário sobre Geoturismo e políticas públicas: feições geográficas do Amapá;
- 5) assessoramento à Comissão Pastoral da Terra (CPT), com Articulação da Amazônia;
- 6) expedição rumo ao Oiapoque tendo como tema: Aspectos geológicos, geomorfológicos e hidrográficos do município de Oiapoque, Ilha Bela e Vila Brasil, com a turma do PPGE de 2021 e mais seis docentes;
- 7) participação docente no Fórum Social Amazônico (FOSPA), em Belém/PA;
- 8) colaboração na pesquisa sobre o município de Porto Nacional e a área de influência do Matopiba;
- 9) aula magna da turma 2022 do PPGE/UNIFAP, com o tema ‘Fixos e Fluxos na Construção de uma Geografia Marginal na Amazonia Amapaense’;
- 10) Organização de trabalhos de campo para produção das dissertações dos discentes e desenvolvimento de projetos de pesquisas dos docentes.

Esse financiamento trouxe a possibilidade de que no semestre seguinte ao menos dezessete dissertações fossem apresentadas. Nesse sentido, consegue-se dar vaso a alguns trabalhos que por conta dos impactos de pandemia e o inconsistente financiamento, não tinha sido possível desenvolvê-los.

Além dessas atividades, outra importante estratégia da difusão da ciência e das informações produzidas no PPGE/UNIFAP, desde a sua implantação é o programa radiofônico ‘Meio Ambiente e Cidadania - a sua frequência consciente’ cujo objetivo é fazer chegar à sociedade os resultados da produção acadêmica dialogando com os sujeitos envolvidos nas pesquisas do campo da geografia e demais ciência que a geografia mantém diálogos. O programa alterna entrevistas, análises, comentários e matérias completas sobre a realidade do Amapá, da Amazônia e do mundo. Ademais, o

PPGEO/UNIFAP possui sua Revista científica, ‘Planeta Amazônia’, que tem sido amplamente acessada tanto para a publicação, quanto para a pesquisa bibliográfica dos artigos dos vários autores e leitores que a acessam.

Ainda, relacionado a divulgação das pesquisas do PPGEO/UNIFAP, desde 2021 ocorre a publicação semestral do ‘Boletim Geográfico do PPGEO’, informativo que divulga as principais ações da pós-graduação, tais como aula magna, defesas, eventos e demais atividades que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão em Geografia da UNIFAP.

Mesmo com inúmeros desafios, foi possível formar, entre 2021 e 2025, 56 mestres, dos quais, 24 vinculados à Linha de Pesquisa ‘Paisagem e Dinâmicas Ambientais’ e 32 a Linha de Pesquisa ‘Sociedade e Dinâmicas Territoriais’. Na distribuição por gênero, ocorre uma equidade, com 28 mestres do sexo feminino e 28 do sexo masculino. A média etária geral dos egressos na data das respectivas apresentações da dissertação foi de 38,5 anos, realçando o perfil de discentes das primeiras turmas, que na maioria, já exerciam atividades profissionais na área de ensino de geografia ou áreas afins. Esse quadro diz muito sobre a necessidade de um programa de pós-graduação em Geografia no Amapá.

Com relação a faixa etária dos egressos, verifica-se que nenhum egresso, no momento da apresentação da dissertação tinha idade inferior a 25 anos e cinco tinham mais de 51 anos. Observa-se que na faixa etária entre 25 e 35 anos ocorre a predominância de egressos do sexo feminino e na faixa etária superior a 46 anos do sexo masculino. A Figura 1 expõe em gráfico essas informações.

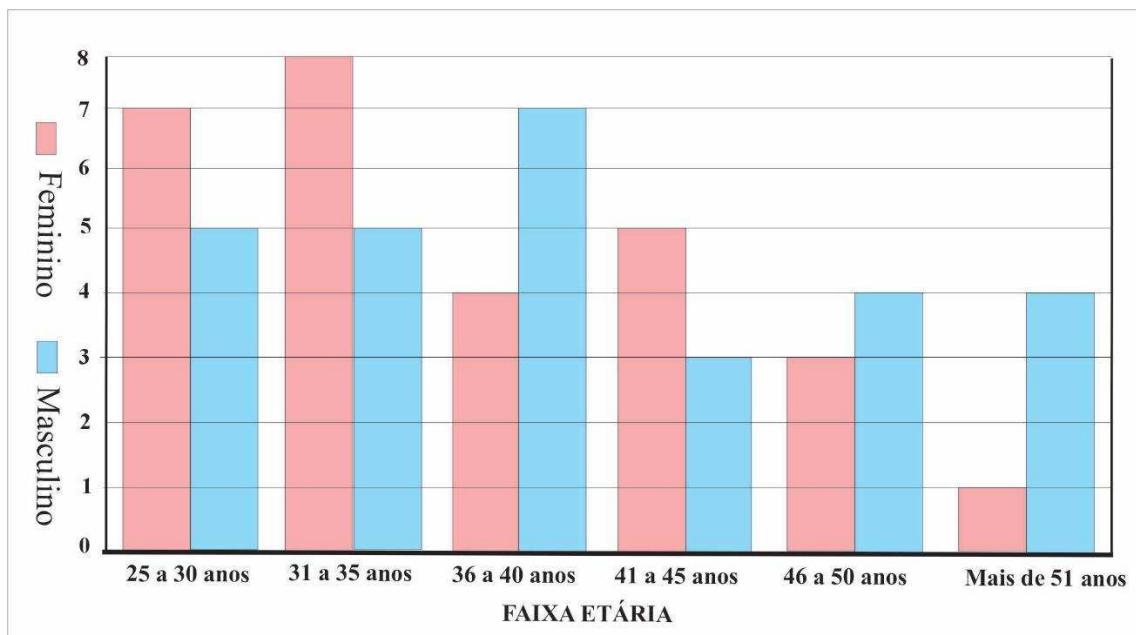


Figura 1 - Distribuição etária e de gênero dos egressos do PPGEO/UNIFAP entre os anos de 2021 e 2025

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os dados apresentados indicam o perfil etário e de gênero do público atendido nas primeiras turmas do PPGEO/UNIFAP. É relevante destacar, também, que a maioria dos ingressantes são professores das redes pública de ensino e funcionários públicos que já exercem atividades profissionais e que buscavam sua qualificação. Essa especificidade ocorreu devido o PPGEO ser o único Programa de Pós-Graduação em Geografia do estado, associado as dificuldades logísticas de acesso de graduados de geografia para outras instituições que ofertem essa modalidade de pós-graduação.

Nessa conjuntura é possível constatar, ainda, que o fato de não haver nenhum egresso com idade inferior a 25 anos indica que o ingresso na pós-graduação no Amapá exige tempo mínimo de formação e experiência anterior. Essa situação ocorre, provavelmente, como rebatimentos da graduação em geografia, que até meados de 2018, era acessada por uma população mais adulta, o que sugere certa maturidade e trajetória acadêmica ou profissional antes da seleção, mas também, a ausência de condições para realizá-la fora do estado. Dessa forma, a presença de cinco egressos com mais de 51 anos ao concluir o mestrado, mostra que o programa atende uma demanda reprimida ou de formação continuada por pessoas com carreira mais longa ou inseridas há mais tempo no mercado de trabalho.

Na faixa de 25 a 35 anos, a presença feminina predominante indica que mulheres jovens têm mais oportunidades ou buscam o aprimoramento acadêmico nesse estágio da vida. Essa situação reflete uma tendência nacional na pós-graduação, em que o acesso feminino está crescendo, especialmente em áreas de humanidades e sociais, embora as mulheres enfrentem desafios relacionados aos perfis racial e de gênero na pós-graduação (Souza et al., 2025), o crescimento da participação feminina na pós-graduação tem sido expressivo, com destaque para os programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas (Santos; Oliveira, 2022). Sobre o ingresso feminino nas universidades brasileiras entre 1940 e 1980, houve transformações sociais que permitiram a maior inserção das mulheres no ensino superior (Ribeiro; Vieira, 2023).

Nas pesquisas relativas a essa temática é possível observar que a partir dos anos 1990, as mulheres se tornaram maioria nos cursos de mestrado, e posteriormente, de doutorado no Brasil. Com participação crescente e superando os homens em diversas áreas acadêmicas. Esse cenário pode ser explicado tanto pela busca por melhor inserção profissional, quanto pela valorização da pesquisa e docência entre mulheres jovens, especialmente em campos que discutem questões sociais e territoriais, como a Geografia. Além disso, mulheres jovens são mais motivadas pela perspectiva de desenvolvimento e autonomia pessoal, o comprometimento com temas sociais e a ascensão em

carreiras acadêmicas e educacionais se apresentam como um caminho mais acessível que em outras áreas.

Por outro lado, o predomínio de homens nas faixas etárias superiores, acima de 36 anos e especialmente acima de 46 anos, pode indicar que homens tendem a buscar a qualificação avançada (mestrado) mais tarde, talvez já estabelecidos profissionalmente ou dentro de funções de gestão ou docência, ou ainda, como uma retomada de formação após experiências profissionais mais longas. Destaca-se que a população masculina mais velha, especialmente acima dos 46 anos, ainda ocupa posições de liderança e busca qualificação depois de ter consolidado suas carreiras. Nesse contexto, homens tendem a iniciar mestrado e doutorado de forma mais tardia, muitas vezes conciliando com atividades profissionais e de aposentadoria, indicando uma trajetória acadêmica não linear (CAPES, 2024, Reis, 2018).

Outro dado levantado nas pesquisas que embasou este artigo foi da origem de nascimento dos egressos do PPGEO/UNIFAP, 31 (55,35%) são nascidos em municípios do Amapá, 21 (37,50%) no Pará, dois (3,57%) no Maranhão, um (1,79%) no Piauí e um (1,79%) no Rio Grande do Norte. A Figura 2 mostra o local de nascimento dos concluintes do PPGEO/UNIFAP.

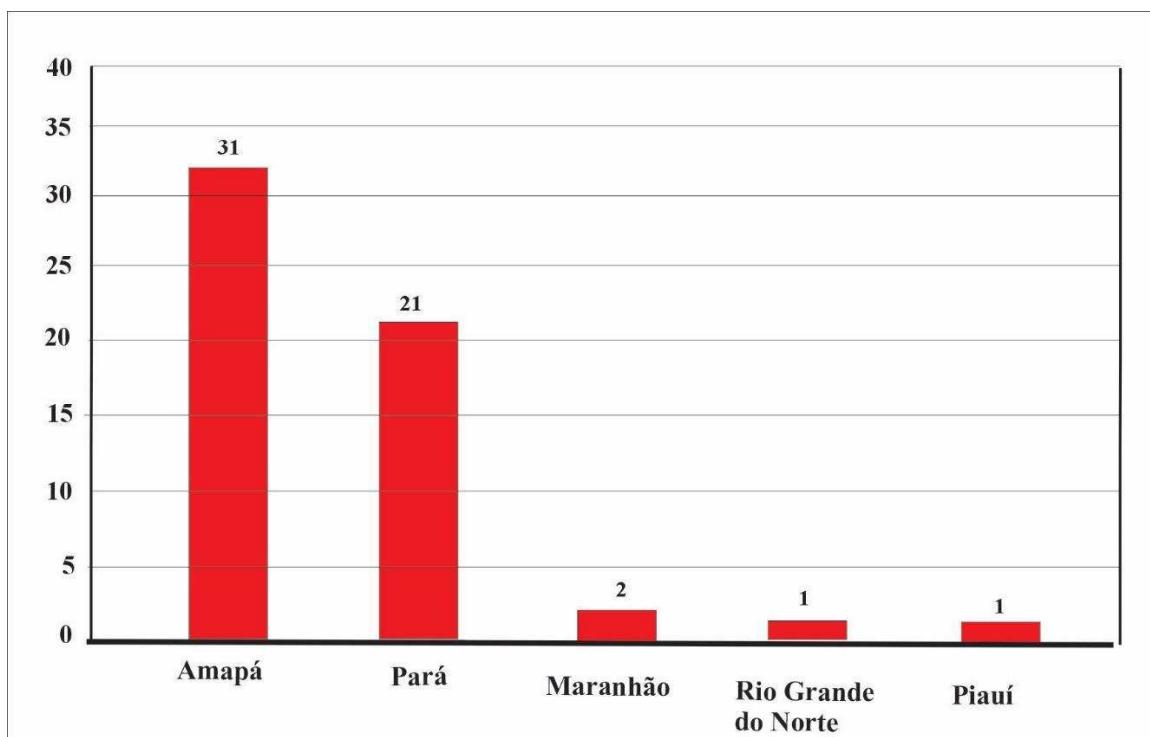


Figura 2 – Local de nascimento dos egressos do PPGEO/UNIFAP entre os anos de 2021 e 2025

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os dados sobre a origem de nascimento dos egressos do PPGE/UINIFAP indicam que a maioria dos formados é natural do próprio estado onde o programa está sediado (55,35%). Isso demonstra um forte atendimento regional, evidenciando que o programa atua como formador prioritário para o Amapá, contribuindo diretamente para a qualificação da população acadêmica e profissional da região.

A presença significativa de egressos do Pará indica que o PPGE/UINIFAP atrai estudantes de estados vizinhos, configurando-se como um núcleo importante para a formação em geografia no contexto da Amazônia Oriental. O ingresso menor de concluintes de estados mais distantes, como Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, sugere que o programa tem alcance na região Nordeste, mas com menor impacto, como é de se esperar, já que nesses estados há programas consolidados.

Esse perfil geográfico mostra o papel estratégico do PPGE/UINIFAP para a formação acadêmica local e regional, atendendo a demandas específicas do Amapá e áreas circunvizinhas, reforçando sua relevância no fortalecimento da formação acadêmica e da educação geográfica cujos debates que pautam uma geografia territorial e ambiental são fundamentais.

Na abrangência da área de estudo das 56 pesquisas de dissertação finalizadas, constata-se a realização de pesquisas em 11 dos 16 municípios do Amapá, com 22, em Macapá, sete, em Oiapoque e sete, em Santana. Houve, também, pesquisas nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Itaubal, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho e Calçoene, cada um com duas dissertações, e Porto Grande e Serra do Navio, com uma dissertação cada. A Figura 3 demonstra essas informações. Observa-se, ainda, a existência de uma pesquisa de dissertação finalizada que engloba a Amazônia Legal, quatro dissertações com a delimitação de área de estudo, o Estado do Amapá e uma dissertação realizada em um Município do Maranhão.

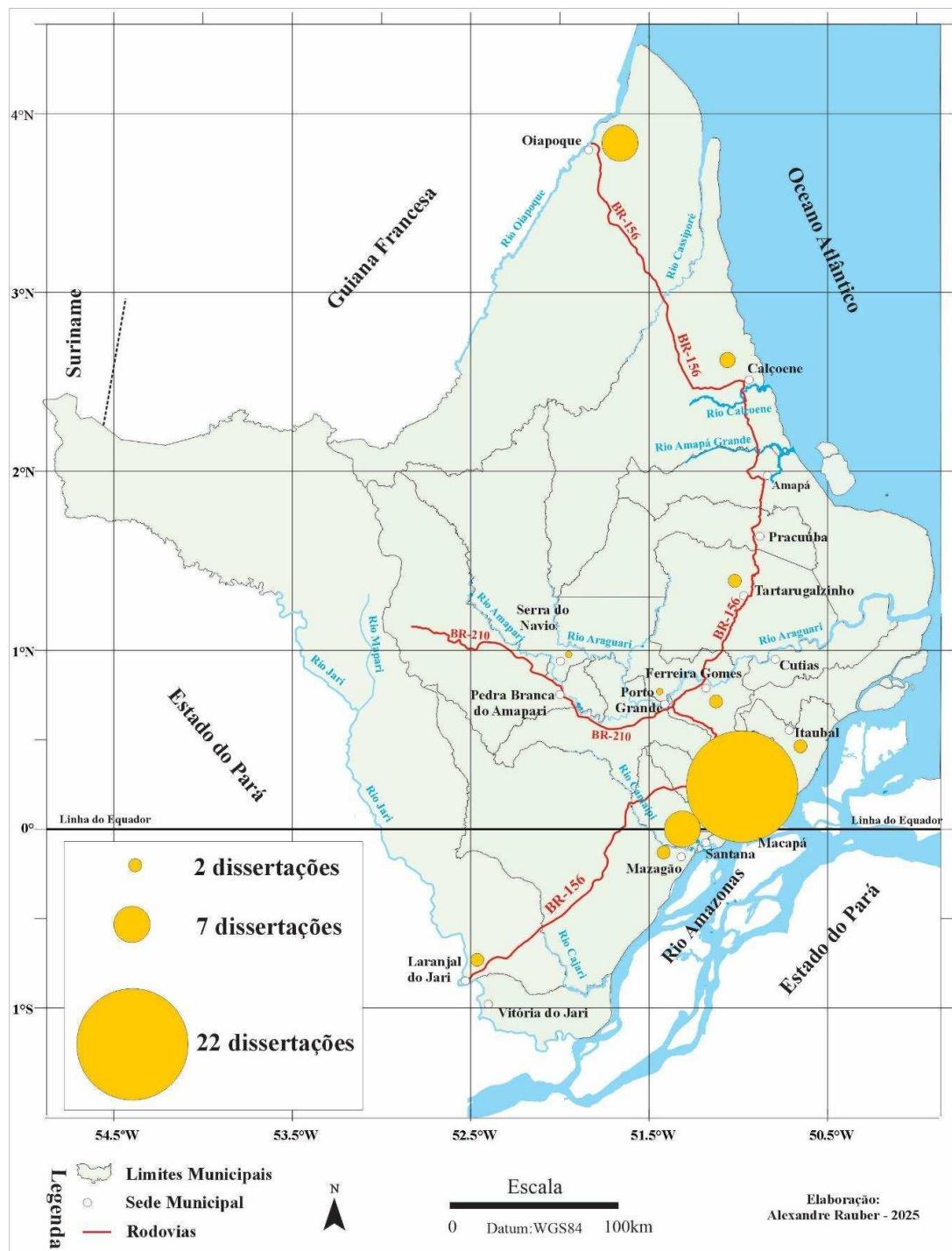


Figura 3 – Municípios amapaense abrangidos por pesquisas de egressos do PPGEO/UNIFAP, entre 2021 e 2025
Fonte: Elaboração Rauber.

Observa-se, no mapa, que há uma concentração regional de estudos: A maior parte das pesquisas foi realizada em Macapá. Isso reforça a relevância da capital como centro de produção acadêmica, fortalecendo o vínculo do programa com a realidade local e regional e, também, devido ao

período pandêmico que concentrou as pesquisas em Macapá, devido a impossibilidade de realizar os trabalhos de campo em outros municípios.

Este cenário indica a necessidade potencial para maior abrangência territorial, pois esses dados refletem um foco mais localizado, que precisa ser ampliado para contemplar a vasta circunscrição amazônica/amapaense, incluindo áreas mais remotas e/ou desafios ambientais e sociais mais complexos. Recentemente, o PPGE/UNIFAP tem recebido em seu quadro discente quilombolas e indígenas em uma perspectiva de ampliação das áreas de estudo, já que há uma compreensão que sua função social remete a inclusão e valorização da diversidade, alinhamento as demandas territoriais e ambientais e cumprimento de ações afirmativas.

É importante destacar que no ano de 2021, o PPGE/UNIFAP se associou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). Elegendo, em 2023, uma presidente, professora e pesquisadora do quadro, com isso garantiu, também, a responsabilidade de sediar o XVI ENANPEGE. O evento é considerado o de maior impacto da Geografia para o Sistema de Pós-Graduação do Brasil, sendo realizado entre 21 e 26 de setembro de 2025.

O evento que teve como tema central ‘Geografia em um mundo em Crises’ e recebeu em solo amapaense 1350 pesquisadores de todas as regiões do Brasil e de vários países, que estiveram presentes em duas Conferências, de abertura e encerramento; 22 mesas; 63 GT; cinco trabalhos de campo; Espaço Saúde, com protocolo de combate a violência de Gênero; Espaço para as Crianças, quatro Fóruns, Coordenadores, Editores, Pesquisadoras e Discentes; Lançamento de Livros e Documentários. O evento foi o maior evento acadêmico da história da UNIFAP e do Amapá.

Em termos de produção científica, a existência do PPGE/UNIFAP possibilitou que os docentes e discentes envolvidos pudesse fortalecer relações em rede, participar em eventos da área e, principalmente, publicar em revistas especializadas e livros/e-book, o que é fundamental para a consolidação do programa e para avançar em novas tarefas, que no atual momento, seria buscar a elevação da nota na CAPES para 4. Nesse caso, tem sido fundamental o acompanhamento bienal das produções e incentivar que a maioria atinja o volume de produções adequadas segundo os critérios da área.

Sobre a produção de artigos científicos pode-se afirmar que apresenta variações anuais, com destaque para o pico de 41 publicações, em 2023, indicando um aumento significativo naquele ano, o que pode estar associado a estratégias de incentivo à publicação, maior estímulo à pesquisa e eventos acadêmicos relevantes da área de Geografia. Os números de 2020 a 2024 mostraram uma oscilação, com 29 publicações em 2020, redução para 16, em 2021, leve recuperação, em 2022, com 18, crescimento expressivo de 41, em 2023 e uma queda em 2024, para 23 publicações. Isso sugere necessidade de manter estabilidade e crescimento contínuo para consolidar a produção acadêmica. Com 16

professores (13 permanentes e três colaboradores) distribuídos em duas linhas de pesquisa, a média anual superior a uma publicação por professor em revistas de impacto é um indicador positivo e alinhado com padrões esperados para pós-graduação *stricto sensu*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar os debates presentes nesse texto, da maneira como apresentado as dificuldades e problemas, também, pode-se mencionar algumas vantagens comparativas aqui existentes. O Amapá possui um território com alto grau de proteção, na ordem de 80%, composto por unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas e áreas de preservação permanente, além de territórios extrativistas e ribeirinhos e agricultores familiares, elementos pouco presentes em outras unidades federativas e no mundo, o que possibilita pesquisas sobre conservação e respostas às mudanças do clima.

O Amapá, em seu histórico, é um território incorporado aos interesses rentistas e espoliativos desde sua criação, em 1943 (como território federal) fatores que elevam índices de conflitos e resistências dos povos tradicionais. As pesquisas sobre seus povos são fundamentais para explicar o mundo que vivemos e as formas que pensamos o desenvolvimento. Sobre isso também, as várias experiências dos povos da terra em relação ao uso da natureza, na produção de alimentos, medicamentos e essências naturais, ou seja, o uso da biodiversidade amazônica se torna a base fundamental para justificar a não exploração predatória dos elementos naturais e apontar alternativas existentes.

Entretanto, o desafio constante em fazer pesquisa na Amazônia, em muitos momentos, tende a desestimular. No Amapá, as distâncias geográficas, a falta de infraestrutura, os custos para ir e vir ao estado, tornam as pesquisas caras e difíceis. A escassez de recursos financeiros aliados a incompreensão das realidades geográficas distintas (que teimam em homogeneizar a pesquisa no território nacional a partir das tomadas de decisões superiores) tornam o trabalho ainda mais complexo.

Porém, as dificuldades não devem ser utilizadas para o ‘não’ fazer pesquisas na Amazônia. O PPGEO/UNIFAP tem buscado parcerias locais, nacionais e internacionais, para transformar as dificuldades em desafios. No atual momento, a universidade está em fase de construção do novo prédio para receber tanto os cursos de graduação em Licenciatura e Bacharelado junto a pós-graduação, isso possibilitará congregar e ampliar o uso do espaço de trabalho, incentivar a organização de eventos e ampliar a produção científica, a partir da nova infraestrutura.

A missão que o curso deve buscar (e está realizando) é o de reforçar a divulgação das atividades, envolvimento as áreas e temáticas públicas que versam ao desenvolvimento territorial com

a inserção social, ampliar a internacionalização com redes científicas. Além destes, o programa deve monitorar os egressos, pois a sua maioria acaba atuando nas redes de ensino e pesquisa do estado, difundindo a pesquisa e extensão. Muitos egressos buscam cursar o doutorado (que ainda é um objetivo futuro), realizando seleções em programas externos ao Amapá, ampliando a qualificação de profissionais no estado.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Governança na pesquisa científica: reflexões sobre a prática da pesquisa contemporânea e a experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, nº 46, set/dez 2017, p. 76-101. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/KMYscXL6pj7DJMx7d549LxK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **CAPES destaca diferença de gêneros na pós-graduação**. Brasília, 13 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-destaca-diferenca-de-generos-na-pos-graduacao_o. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 73.411**, de 4 de janeiro de 1974. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publica_caooriginal-1-pe.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Geografia**: Área 36 – Documento de Área 2025-2028. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/GEOGRAFIA_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 98.997**, de 2 de fevereiro de 1990. Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/kmzy7hfx>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2018 – Avaliação final da área Ciências Sociais**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2018-pnpg-cs-avaliacao-final-10-10-18-cs-final-1-7-55-pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

Kawasaki, Bruno César. Critérios da avaliação Capes para Programas de Pós-Graduação. **Revista Adusp**. 2017. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/60/mat10.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MARTINS, Cristiano Ribeiro; IRALA, Valesca Brasil. O que está em jogo quando avaliamos o impacto social da pós-graduação no Brasil? Uma breve reflexão. In: BLASS, Leandro; IRALA, Valesca Brasil (org.). **Pesquisa aplicada**: reflexões e práticas para o campo do ensino e da aprendizagem. Ponta Grossa: Atena, 2024. p. 35-43. Disponível em: <https://tinyurl.com/9dpmktbs>. Acesso em: 3 nov. 2025.

REBELO PORTO, Jadson Luís; CALDAS, Yurgel Pantoja; LOMBA, Roni Mayer. Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], v. 11, n. 23, p. 49-73, 2014. DOI: 10.21713/2358-2332.2014.v11.522. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr49kvmc>. Acesso em: 4 nov. 2025.

REIS, Mariana T. Desigualdades de gênero e idade na educação superior brasileira. **Cadernos de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 314-329, 2018.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s. l.], v. 18, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3dsy8wjs>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SANTOS, Maria da Silva; OLIVEIRA, Ana Carolina. Participação feminina nos programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas: uma análise de 2010 a 2019. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/3114>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SOUZA, Juliana *et al.* Mulheres nos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil: perfil racial e de gênero. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, 2025. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2271>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Patrícia Rocha Chaves  - Atualmente professora no curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Unifap), do Programa de Pós-Graduação em História (Unifap) e Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira - PPGEF. Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia-ANPEGE (2024-2025). Doutora em Geografia Humana pela USP- Universidade de São Paulo; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins, possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2006). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários - NURBA, do Grupo Geografia Agrária da USP e do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Coordenadora do Coletivo de Estudos sobre Terra e Território na Amazônia. Possui experiências em pesquisa e extensão nas áreas de Geografia Agrária, Movimentos Socioterritoriais, Geografia Política e Econômica da Amazônia e Gênero e Gografia.

E-mail: patricia.chaves@unifap.br

Daguinete Maria Chaves Brito  - Possui Graduação em GEOGRAFIA LICENCIATURA, GEOGRAFIA BACHARELADO e CIÊNCIAS ECONÔMICAS pela Universidade Federal do Pará (1989, 1991 E 1996), Bacharel em DIREITO, pela Faculdade de Macapá (2015). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2003), Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2010) e Pós Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2022). Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal do Amapá. Tem experiência nas áreas de Geografia (Brasil, Amazônia e Amapá), Economia e Direito Ambiental. Atuando nos seguintes temas: Gestão Ambiental, Gestão de Áreas Legalmente Protegidas, com ênfase em Unidades de Conservação, Desenvolvimento Sustentável, Conflitos Socioambientais, Valoração de Recursos Naturais e Direito Ambiental.

E-mail: dagnete@uol.com.br

Alexandre Luiz Rauber  - Professor Adjunto do Magistério Superior - 40h DE, vinculado ao Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Campus Binacional Oiapoque. Possui Licenciatura Plena (2000) e Bacharelado em Geografia (2012) , Mestrado em Desenvolvimento Regional, na área Tecno-Ambiental pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2004) e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG (2019). Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque. Professor vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia (Mestrado) - PPGEO/UNIFAP. Tem experiência na

área de Cartografia e Geoprocessamento, atuando principalmente nos seguintes temas: Sensoriamento Remoto, Mapeamentos Temáticos, Análise Ambiental e Espacial, Estudos Socioambientais.

E-mail: rauber@unifap.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima  - Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1990), graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1994), mestrado em Mestrado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2000), doutorado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2004) e doutorado em Géographie et Aménagement - Université de Toulouse II (Le Mirail) (2004). pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016). Atualmente é consultor - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amapá (AP), professor Titular da Universidade Federal do Amapá. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Amapá, Grandes Empreendimentos na Amazônia, política pública, pesca artesanal, desenvolvimento territorial e territorialidades.

E-mail: ricardo@unifap.br

Roni Mayer Lomba  - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é docente Associado da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) desde 2010 atuando nos cursos de Geografia, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Geografia, realiza pós doutorado em Ciências Sociais na Universidad Nacional de la Patagônia Austral (UNPA) no biênio 2018-2020 com bolsa concedida na categoria pesquisador latinoamericano pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Tem atuado nas áreas de Geografia Agrária, Regional e Geopolítica assim como tem discutido espaços fronteiriços a partir da Ecologia Política.

E-mail: roni@unifap.br

Data de submissão: 25 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025

